

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

1. Informações da associação

1.1. Contexto operacional

O COGEIME – Instituto Metodista de Serviços Educacionais – em Recuperação Judicial, fundado em 22 de abril de 1967, é uma associação com fins não econômicos, confessional (sem fins lucrativos) e filiado à Rede Metodista de Educação, que tem por finalidade:

- I)** Promover o fortalecimento da identidade educacional metodista, tendo como base a confessionalidade, em consonância com os documentos da Igreja;
- II)** Atuar como unidade central da Rede Metodista de Educação, de acordo com os documentos oficiais da Igreja Metodista;
- III)** Estudar, elaborar e encaminhar, aos órgãos competentes da Igreja Metodista, propostas de filosofia, políticas e diretrizes educacionais para a Rede;
- IV)** Traçar políticas gerais e estimular o desenvolvimento de sistemas integrados de gestão compatíveis entre si, respeitando as peculiaridades de cada uma das Instituições Metodista de Educação - IMEs;
- V)** Estruturar, implantar, coordenar, supervisionar e controlar processos de integração da gestão das instituições nos seus diferentes aspectos, visando a ações acadêmicas e administrativas coordenadas, redução de custos e potencialização de todos os recursos disponíveis;
- VI)** Receber das IMEs e com elas discutir, à vista das políticas gerais emanadas da Igreja Metodista, propostas de projeto e atividades que, por sua amplitude, extrapolem os limites de atuação e influência de cada unidade;
- VII)** Desenvolver novos projetos educacionais e realizar pesquisas e publicações na área de atuação das IMEs;
- VIII)** Prestar serviços de consultoria, assessoria, controladoria, auditoria e apoio às IMEs, em seus projetos educacionais e práticas administrativas, em:
 - a)** Desenvolvimento institucional;
 - b)** Avaliação institucional;
 - c)** Pesquisa e produção de material didático-pedagógico;
 - d)** Diretrizes curriculares;
 - e)** Gestão econômico-financeira;
 - f)** Tecnologia e informação;
 - g)** Suprimentos;
 - h)** Gestão de pessoas;
 - i)** Contabilidade;
 - j)** Assuntos pedagógicos, administrativos, financeiros, legais e jurídicos-educacionais, em geral;
 - k)** Outras questões pertinentes.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

- IX)** Elaborar, implantar e coordenar formas, critérios e procedimentos para projetos de mútua cooperação entre as IMEs e delas com a Igreja Metodista;
- X)** Promover formas de integração e relacionamento entre as IMEs em seus diversos níveis de ensino, pesquisa e extensão, por meio do desenvolvimento em comum de projetos socioeducacionais, à luz das Diretrizes para a Educação na Igreja Metodista;
- XI)** Exercer as funções de auditoria interna nas unidades da Rede;
- XII)** Selecionar e contratar serviços de auditoria externa independente para as unidades da Rede, nos casos de exigência legal ou de gestão;
- XIII)** Encaminhar às Assembleias Gerais das IMEs e aos órgãos competentes da Igreja Metodista, relatórios de auditorias realizadas nas IMEs;
- XIV)** Acompanhar, avaliar e controlar o desempenho das IMEs, à luz do seu respectivo planejamento e dos princípios emanados dos documentos oficiais da Igreja Metodista, com vistas a assessorá-las em seu desenvolvimento, propondo e implantando medidas preventivas e corretivas cabíveis;
- XV)** Realizar pesquisas, prospecções e estudos de viabilidade técnico-econômica para a criação de novas IMEs, bem como programas de desenvolvimento e expansão das já existentes;
- XVI)** Pesquisar, produzir ou adquirir material didático-pedagógico para a Rede Metodista de Educação, principalmente para a Educação Básica, respeitadas as diferenças regionais;
- XVII)** Assessorar os órgãos competentes da Igreja Metodista em assuntos concernentes à Rede e às suas unidades;
- XVIII)** Propor, em caso de necessidade, aos órgãos competentes da Igreja Metodista, intervenção em unidades da Rede;
- XIX)** Organizar e oferecer, periodicamente, curso de capacitação para membros de Conselhos Diretores das IMEs;
- XX)** Assessorar os órgãos deliberativos da Igreja Metodista e das IMEs, em seus diferentes níveis, na análise e apreciação dos estatutos e regulamentos, quando da sua elaboração ou alteração, bem como na análise e apreciação dos Planejamentos Estratégicos, dos Planos de Desenvolvimento Institucional – PDIs, orçamentos plurianuais ou anuais e outros instrumentos de planejamento, gestão e controle das instituições;
- XXI)** Estruturar, implantar, coordenar e apoiar programas, visando à formação e desenvolvimento de recursos humanos para a Igreja Metodista e a Rede Metodista de Educação, criando cadastro de metodistas com a respectiva qualificação;
- XXII)** Manter relacionamento com órgãos de educação e cultura, em nível nacional e internacional;
- XXIII)** Promover e apoiar programas, projetos e atividades que visem à responsabilidade e à assistência social e à promoção da cidadania;
- XXIV)** Planejar, organizar, coordenar, produzir e apoiar programas, projetos, atividades e eventos culturais;

COGEIME - INSTITUTO METODISTA DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS

(Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

- XXV)** Atual como entidade proponente de projetos para enquadramento em leis federais, estaduais e municipais de incentivo, podendo captar recursos a título de patrocínios, doações ou apoio aos referidos projetos;
- XXVI)** Desenvolver projetos de captação de recursos para a Rede e suas unidades.
- XXVII)** Representar as IMEs, no seu campo de atuação, em nível nacional e internacional, mantendo relacionamento com órgãos de educação e contatos com autoridades dessa área, promovendo intercâmbio com educadores e educadoras e com as instituições dentro e fora do País;
- XXVIII)** Exercer outras funções correlatas inerentes à área de educação, bem como atribuições que venham a lhe ser designadas pelos órgãos competentes da Igreja Metodista.

O Cogeme é mantido pela receita originária das unidades da Rede Metodista de Educação, como contrapartida a serviços prestados, nas bases fixadas pela Assembleia Geral, por auxílios, subvenções, doações, patrocínios, rendas de prestação de serviços e rendas patrimoniais que são aplicados nas finalidades do Cogeme, exclusivamente dentro do país.

O resultado positivo verificado no final de cada exercício é revertido em favor do próprio Cogeme, para realização de seus fins.

1.2. Impostos

(i) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O Cogeme, em virtude de ser uma associação sem fins lucrativos, goza do benefício de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda - RIR, aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999, e o artigo 150 da Constituição Federal.

(ii) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)

A associação goza de Imunidade Tributária conforme o disposto na letra “c”, do inciso VI, do artigo 150, da Constituição Federal;

1.3. Situação patrimonial e financeira

Conforme apresentado nas demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2024, a instituição apresenta patrimônio social negativo no montante de R\$ 69.999.618 (em dezembro de 2023 R\$ 28.067.020). Tais resultados são decorrentes de uma conjunção de fatores ocorridos nos últimos anos que afetaram o Instituto, como as incertezas macroeconômicas, diminuição de

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais)

financiamentos do FIES e aumento na inadimplência deles, e redução no número de matrículas, agravados substancialmente pela pandemia COVID-19.

Como forma de preservar as operações e as relevantes atividades sociais exercidas, focados no bem-estar dos alunos, funcionários e comunidade local, e de modo a viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira, em 29/04/2021 foi promovido o pedido principal de recuperação judicial, cujo Plano de Recuperação Judicial é fundamentado na reorganização operacional e financeira, e para o reperfilamento do endividamento, bem como a adoção de diversas medidas operacionais.

Em 03 de dezembro de 2022, foi homologado o Plano de Recuperação Judicial votado pelos credores em 22 de novembro de 2022, com conseqüente concessão da recuperação judicial ao Grupo Metodista. Os desdobramentos decorrentes estão descritos na Nota Explicativa nº 18 – Recuperação Judicial.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do Instituto foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas de entidades sem fins lucrativos (Resolução nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC - ITG 2002 R1) e pela NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 (R1) – Entidades sem fins lucrativos).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.2. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações contábeis estão descritas a seguir.

Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.2.1. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis do Instituto são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual ela atua (moeda funcional). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação do Instituto.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais)

2.2.2. Apresentação dos resultados abrangentes

As demonstrações dos resultados abrangentes referem-se à mutação que ocorre no patrimônio líquido durante um período resultante de transações e outros eventos que não sejam as transações de capital.

2.2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários.

2.2.4. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos os valores da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada conforme aplicação dos percentuais definidos na Nota Explicativa nº 5.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

2.2.5. Passivo circulante e não circulante

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

2.2.6. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Instituição e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Instituição possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais)

2.2.7. Provisão para férias e 13º salário

A provisão para férias e 13º salário é constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados acrescidos dos correspondentes encargos sociais.

2.2.8. Estimativas contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

2.2.9. Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

3. Caixa e equivalentes de caixa

<u>Descrição</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Caixa	102.976	12.346
Banco - Contas correntes	-	95.741
Aplicações Financeiras	-	134.011
	<u>102.976</u>	<u>242.098</u>

4. Contas a receber

<u>Descrição</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Adiantamento a fornecedores	1.991.365	337.384
Clientes	532.110	386.681
Outros adiantamentos	24.124	24.124
Adiantamentos para viagem	20.638	11.138
	<u>2.568.237</u>	<u>759.327</u>

COGEIME - INSTITUTO METODISTA DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS
(Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais)

5. Imobilizado

a. Composição dos saldos:

Descrição	Taxa anual de depreciação	2024			2023
		Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Moveis e utensílios	10%	22.647	(22.647)	-	-
Máquinas e Equipamentos	10%	1.064	(1.064)	-	-
Equip. de informática / ensino	20%	15.277	(15.277)	-	-
Marcas e Patentes	0%	1.362	-	1.362	1.362
		40.350	(38.988)	1.362	1.362

b. Movimentação do custo:

Descrição	2023	2024			Custo
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	
Moveis e utensílios	22.647	-	-	-	22.647
Máquinas e Equipamentos	1.064	-	-	-	1.064
Equip. de informática / ensino	15.277	-	-	-	15.277
Marcas e Patentes	1.362	-	-	-	1.362
	40.350	-	-	-	40.350

6. Obrigações trabalhistas

Descrição	2023	2023
Rescisões e Homologações	760.569	897.645
FGTS a Recolher	228.001	437.771
Inss a Recolher (a)	94.403	2.159.985
Salários e Ordenados	21.013	32.411
13º Salário	21.275	21.275
Contribuição Assistencial	18.498	16.576
Contribuição Sindical a Recolher	7.044	6.379
Férias	4.857	4.857
Pis a Recolher	3.175	81.554
Provisões de Férias	-	23.668
Provisões FGTS Ferias	-	1.893
Provisões Pis Ferias	-	237
	1.158.835	3.684.251

(a) Em janeiro de 2024, a Instituição aderiu ao parcelamento Transação Fiscal Individual – TFF, reduzindo o saldo devedor.

COGEIME - INSTITUTO METODISTA DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS
(Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais)

7. Obrigações tributárias

Descrição	2024	2023
Pis / Cofins / CS s/ Serviços	580.674	804.460
IRRF a recolher s/ serviços	193.360	265.511
IRRF a recolher s/ salários	36.500	1.337.350
ISS s/ serviços	8.059	7.512
INSS a recolher s/ serviços	-	8.602
	818.593	2.423.435

Em janeiro de 2024, a Instituição aderiu ao Parcelamento Transação Fiscal Individual – TFF, reduzindo o saldo devedor dos débitos Federais.

8. Parcelamentos

Descrição	Circulante		Não Circulante	
	2024	2023	2024	2023
Parcelamento PERT da Lei 13.496/2017	20.626	20.824	43.583	58.010
Parcelamento Transação Fiscal Individual - DD (a)	27.205	-	1.423.618	-
Parcelamento Transação Fiscal Individual - DP (a)	41.438	-	1.232.256	-
	89.269	20.824	2.699.457	58.010

(a) Em janeiro de 2024, a Instituição aderiu ao Parcelamento Transação Fiscal Individual - TFF, sendo os Demais Débitos - DD parcelado em 145 meses e os Débitos Previdenciários em 60 meses, detalhado na Nota Explicativa nº 19 – Recuperação Judicial.

9. Provisão para demandas judiciais

O Instituto figura como réu em diversos processos administrativos e judiciais de natureza trabalhista, civil e tributária decorrentes do curso normal de suas operações, bem como em função do processo de reestruturação ocorrido a partir de 2016. As provisões trabalhistas, cíveis, previdenciárias e tributárias foram estimadas pela Administração consubstanciadas significativamente na avaliação de assessores jurídicos, sendo registradas contabilmente apenas as causas que se classificam como risco de perda provável e calculadas com base na melhor estimativa de desembolso futuro, como segue:

	2024			2023		
	Provisão	Depósito Judicial	Líquido	Provisão	Depósito Judicial	Líquido
Circulante						
Trabalhista CP	246.384	(6.378)	240.006	-	-	-
Total	246.384	(6.378)	240.006	-	-	-

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais)

Ao longo do exercício houve movimentação de adições e baixas sobretudo de processos trabalhistas e cíveis. Para a elaboração das Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2024, foi realizada uma análise criteriosa dos processos administrativos e judiciais, de forma que a Administração, consubstanciada na posição de seus assessores legais, reavaliou a perspectiva de perda de tais processos classificando entre provável, possível e remota.

A movimentação da provisão no exercício de 2024 está demonstrada a seguir:

	<u>Valor (R\$)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-
Movimentação líquida	240.006
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>240.006</u>

A nova política de avaliação de risco adotada a partir de 2019, prevê que ações em fase inicial, ou seja, aquelas em que não se discutiu mérito, a perda provável se refere somente a verbas incontroversas cujos valores estão devidamente contabilizados, já para valores em que se admite discussão a avaliação de risco seguirá as perspectivas de resultado, segundo as fases processuais e os encaminhamentos adequados a cada processo bem como paradigmas e precedentes legais por similaridade.

A evolução do montante classificado como de perda possível, para o qual não há provisão constituída é demonstrado como segue:

<u>Descrição</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Perdas possíveis	37.196	-

10. Compromissos a pagar

<u>Descrição</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Compromissos a pagar	66.081.969	20.805.178
Total	<u>66.081.969</u>	<u>20.805.178</u>

Os saldos são relativos às operações de mútuo realizadas com o Instituições Metodista de Ensino, efetuadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação e condições específicas (remuneração mensal) considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos.

11. Patrimônio líquido

O patrimônio é constituído de bens, direitos, obrigações de qualquer natureza e por déficit e superávit acumulados desde a data de sua constituição os quais são

COGEIME - INSTITUTO METODISTA DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS
(Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais)

mensurados e registrados com obediência à legislação específica aplicável e às práticas contábeis adotadas no Brasil.

12. Receitas com contribuições

Descrição	2024	2023
Receita com contribuição	145.429	70.373
Total	145.429	70.373

Refere-se a contribuições das instituições da Rede Metodista de Ensino.

13. Despesa com pessoal

Descrição	2024	2023
Rescisões	(123.873)	-
Salários Administrativos	(22.783)	(190.922)
Assistência Médica	(15.759)	(5.133)
Cota Patronal INSS	(7.213)	(58.967)
13º Salário - Administrativos	(4.282)	(16.868)
Serv.Prest. s/ Vínculo - Adm	(3.856)	-
Contribuição FGTS - Adm	(3.546)	(18.141)
Férias - Administrativos	(427)	(23.787)
Contribuição ao PIS - Adm	(213)	(7.134)
Farmacia	-	(5.385)
Ajuda de Custo	-	(802)
Total	(181.952)	(327.139)

14. Despesas gerais e administrativas

Descrição	2024	2023
Manutenção e Conservação	(15.735)	(20.662)
Outras despesas	(20.195)	(30.949)
Cartórios	(10.796)	(202.921)
Impostos e Taxas	(4.835)	(8.449)
Material de Uso e Consumo	(646)	(2.919)
Serviços gráficos	-	(4.000)
Total	(52.208)	(269.900)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais)

15. Outras despesas

<u>Descrição</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Consultorias	(20.945.046)	(3.021.383)
Serviços de Terceiros	(15.925.604)	(3.525.870)
Licença e Manutenção de Uso Software	(567.976)	(406.971)
Viagens e Estadas	(161.494)	(41.235)
Outras Despesas Gerais	(132.389)	(65.877)
Contribuições a Associações	(22.196)	(54.990)
Lanches e Refeições	(20.990)	(7.702)
Transportes em Geral	(12.884)	(3.607)
Total	(37.788.579)	(7.127.635)

16. Despesas financeiras

<u>Descrição</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Juros e Multa Passivos	(5.680.726)	(2.719.357)
Despesas com Encargos Parcelamento	(241.237)	(8.505)
Despesas Bancárias	(39.977)	(80.047)
IRRF s/ operações financeiras	(18.400)	(1.012)
IOF/IOC	(330)	(22)
Total	(5.980.670)	(2.808.943)

17. Receitas financeiras

<u>Descrição</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Descontos Obtidos (a)	2.061.901	20.088
Rendimentos sobre Aplicações Financeiras	109.865	-
Total	2.171.766	20.088

(a) Refere-se ao desconto obtido sobre o Parcelamento Transação Fiscal Individual – TFF, cuja adesão ocorreu em janeiro de 2024.

18. Instrumentos financeiros derivativos

O instituto classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

O instituto classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, são reconhecidos conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e lucros a pagar, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

19. Declarações de Impostos e contribuições

As declarações de imposto de renda relativas aos cinco últimos exercícios estão sujeitas a eventual revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais. Outros impostos, contribuições e encargos, inclusive trabalhistas e previdenciários.

20. Recuperação Judicial

Em fevereiro de 2021 foi contratado o escritório Galdino e Coelho e em março de 2021 a empresa Alvarez & Marsal para conduzir e assessorar o processo de Recuperação Judicial das Instituições de Ensino da Educação Metodista.

Em 14/04/2021, foi deferida medida cautelar antecedente ao Pedido de Recuperação Judicial, com vistas a obtenção de efeito suspensivo das ações executivas, bem como para viabilizar o preparo das Instituições para a Recuperação Judicial, e em 10/05/2021 foi deferido o pedido de Recuperação Judicial. Ato contínuo foi nomeada a empresa Medeiros & Medeiros Administração Judicial, como administrador judicial, que em 28/07/2021 apresentou parecer ao Plano de Recuperação Judicial (PRJ).

Em 05/11/2021 ao Superior Tribunal de Justiça deferiu pedido de tutela de urgência apresentado pelo Banco Santander (Brasil) S/A, para sustar o efeito suspensivo concedido ao recurso especial até julgamento pelo órgão colegiado. Tal recurso especial foi deferido em 09/09/2021 pela 3ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, o qual manteve o prosseguimento do processo de recuperação judicial.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

Em 07/12/2021 ocorreu a sessão da 4ª turma do Superior Tribunal de Justiça para apreciação dos recursos interpostos, com relação a do efeito suspensivo, porém houve pedido vistas ao processo, postergando a decisão do pedido de sustação, o qual o julgamento do Agravo Interno na Tutela Provisória nº 3.654/RS foi retomado em sessão de 15/03/2022, ocasião em que, por maioria, deu-se parcial provimento ao Agravo Interno, restabelecendo o efeito suspensivo e, consequentemente, retomando o processo de recuperação judicial com ressalvas em relação às travas bancárias. O acórdão do Agravo Interno foi publicado em 08/04/2022.

Em 18/04/2022, foi deferido, pelo 2º Juízo da Vara Regional Empresarial da Comarca de Porto Alegre/RS, autorização para a lavratura de escritura pública de desapropriação amigável referente ao imóvel de matrícula 2.549, na Comarca de Itapeva. Em 25/04/2022 foi autorizada a escrituração do contrato de compra e venda firmado entre as Recuperandas, AL Incorporação LTDA. e KA Empreendimentos LTDA, por se tratar de negócio anterior e não de venda judicial, relativo aos imóveis de matrículas nºs 82.903, 82.094 e 82.095 da Comarca de Passo Fundo.

Em 19/05/2022, o 2º Juízo da Vara Regional Empresarial da Comarca de Porto Alegre/RS homologou a arrematação realizada, por intermédio de leilão eletrônico, do imóvel de matrículas nº 82.858 e 83.904, no Centro da Comarca de Passo Fundo-RS, e determinou a expedição de carta de arrematação, o que permitiu o ingresso em caixa, em 23/05/2022, para pagamento imediato e já efetuado de despesas extraconcursais que estavam em aberto e devida prestação de contas nos autos do processo.

Em 26/05/2022, foi negado provimento, por unanimidade de votos, pela 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, ao recurso de Agravo de Instrumento interposto pelo Banco Bradesco, autuado sob o nº 5226005-48.2021.8.21.7000, que impugnava a prorrogação da extensão do stay period à Igreja Metodista no Brasil e autorizava a antecipada alienação de bens imóveis.

Em 06/09/2022 foi autorizado pelo Juízo a lavratura da escritura pública procedente da desapropriação amigável do imóvel de matrícula nº 11.436, Comarca de Belo Horizonte/MG, conforme Decreto Municipal nº 17.834 de 30/12/2021, oriundo do Município de Belo Horizonte/MG.

Em 27/09/2022 ocorreu a alienação dos imóveis de matrícula nº 36.918 e 13.046, ambos do Registro de Imóveis da Comarca de Lins/SP, cuja homologação se deu em 30/09/2022. O recurso deste imóvel é destinado ao pagamento dos credores da Classe I do Quadro Geral de Credores.

Em 06/12/2022 foram arrematados os imóveis de matrícula nº 2.540, 2.692 e 1.181, Comarca de Santa Bárbara D'Oeste. A arrematação foi homologada em 13/12/2022, e o valor de entrada deste imóvel é destinado ao pagamento de credor extraconcursal detentor de alienação fiduciária do imóvel, conforme aprovação da Assembleia Geral de Credores, ocorrida em 07/10/2022. O saldo remanescente da entrada será destinado ao pagamento dos credores da Classe I do Quadro Geral de Credores.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

Em 06/06/2023, ocorreram as vendas de lotes de imóveis de matrículas nº 2.999, 25.615, 31.095, 33.247, 36.915/36.916, 50.038, 74.466 e 94.705, sendo o imóvel de matrícula nº 50.038, comarca de Birigui/SP, destinado a Transação Fiscal da Procuradoria da Fazenda Nacional, e os demais para o pagamento dos credores da Classe I do Quadro Geral de Credores.

Em 16/08/2023 foram arrematados em leilão online os imóveis de matrícula 15.486, comarca de Altamira/PA e 103.615/103.616, comarca de São Bernardo do Campo/SP, ambos foram destinados ao pagamento dos credores da Classe I do Quadro Geral de Credores.

Em 22/11/2023 ocorreu o leilão do imóvel de matrículas 95.283 e 95.284, Terreno da Barra, comarca do Rio de Janeiro, com destinação de recurso para o pagamento do PRJ.

Em 23/05/2024 foram arrematados os imóveis de matrícula nº 5.728, transcrição nº 14.168 e parte da averbação 19 da transcrição nº 14.184, comarca de Juiz de Fora/MG, assim como a atividade operacional de Educação Básica do Instituto Metodista Granbery, a qual ficará sob gestão do Grupo Metodista até 31/12/2024. O recurso da operação é destinado ao fluxo operacional das instituições e ao pagamento dos credores da Classe I do Quadro Geral de Credores.

Em 27/05/2024 foi leiloado o imóvel de matrícula nº 27.084, comarca de Lins/SP. A venda é destinada ao pagamento dos credores da Classe I do Quadro Geral de Credores.

Em 01/08/2024 ocorreu a arrematação do imóvel nº 131.151, comarca de Piracicaba/SP, destinada ao pagamento dos credores da Classe I do Quadro Geral de Credores.

Em 19/08/2024 foram leiloados os imóveis de matrícula nº 44.491 e 67.579, comarca de Piracicaba/SP, matrícula nº 10.725, comarca de Araçatuba/SP e matrícula nº 12.960, comarca de Campos do Jordão/SP, destinados ao pagamento dos credores da Classe I do Quadro Geral de Credores. Nesta mesma data ocorreu a arrematação da manutenção do Centro Universitário Izabela Hendrix, cujo recurso é destinado ao fluxo operacional das instituições.

Em 04/11/2024 ocorreu a arrematação dos imóveis de matrícula nº 74.416, comarca de Porto Alegre/RS, matrícula 24.095/24.094/40.995, comarca de Uruguaiana/RS, assim como a venda da manutenção dos colégios Americano e União. O recurso da operação é destinado ao fluxo operacional das instituições e ao pagamento dos credores da Classe I do Quadro Geral de Credores.

Em 22/11/2024 foi leiloado o imóvel de matrícula nº 14.184 - Av-15, comarca de Juiz de Fora/MG, com destinação de recurso para o pagamento do PRJ.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

Em 09/12/2024 foi arrematado o imóvel de matrícula nº 13.410/14.105/56.644, comarca de São Bernardo do Campo/SP, cuja operação é destinada ao pagamento dos credores da Classe I do Quadro Geral de Credores, e Transação Fiscal da Procuradoria da Fazenda Nacional.

Todos os encaminhamentos estão disponíveis no site do administrador judicial (<https://www.administradorjudicial.adv.br/home>).

Assembleia Geral de Credores

Em 11/05/2022 o Superior Tribunal de Justiça decide a razão de petição apresentada pelas recuperandas, que o acórdão da Tutela Provisória nº 3.654/RS já foi publicado e é o quanto basta para seu cumprimento, de modo a garantir os direitos dos requerentes diante do reconhecimento de sua legitimidade ativa para pleitear a recuperação judicial.

Diante da decisão em 13/05/2022 foi publicado o edital de convocação da assembleia geral de credores para o dia 10/08/2022, porém a solenidade não foi instalada em 1ª convocação por insuficiência do quórum mínimo (exigência contida no art. 37, § 2º, da Lei nº 11.101/2005). A assembleia foi instalada em 2ª convocação, no dia 24/08/2022, onde foram apresentadas modificações à última versão apresentada do Plano de Recuperação Judicial (PRJ), as quais foram aprovadas pela maioria dos créditos presentes, para suspensão da solenidade. Retomada a sessão no dia 07/10/2022, a assembleia de credores concordou com nova suspensão da solenidade para o dia 22/11/2022, bem assim como em alienação de bens imóveis.

Retomados os trabalhos no dia 22/11/2022, foi apresentada última versão do plano de recuperação judicial com atualizações, o qual foi votado e sua aprovação foi arrestada em razão de voto desfavorável do Banco do Brasil S/A, credor detentor de aproximadamente 74% dos créditos presentes na classe quirografária.

Mediante a questão levantada de abusividade do voto da instituição financeira, a Administração Judicial submeteu a ata da assembleia ao Juízo da recuperação judicial solicitando a intimação das instituições e do Banco do Brasil S/A. Em sua decisão, o Juízo discorreu sobre a relevância do processo de recuperação judicial e a necessidade de aplicar um modelo estrutural de resolução ao litígio coletivo, que contempla múltiplos devedores e múltiplas obrigações. Quanto ao voto contrário ao PRJ pelo Banco do Brasil S/A, afirmou que houve violação do dever de boa-fé, resultando em conduta economicamente irracional sem explicação razoável, pelo que declarou a abusividade do voto - o que viabilizou, assim, a aprovação do PRJ pelos demais credores na forma do art. 45 da Lei nº 11.101/2005. O plano de recuperação judicial foi homologado pelo Juízo em 03/12/2022, com conseqüente concessão da recuperação judicial ao Grupo Metodista.

Plano de Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

O Plano de Recuperação Judicial (PRJ) visa preservar as operações e as atividades das Recuperandas, de modo a viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira, permitindo-se a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, e promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

Avaliação de Ativos e Utilização de Ativos Imobiliários

O plano aprovado na Assembleia Geral de Credores em 22/11/2022 tem como base sólida a venda de ativos imobiliários, onde as Recuperandas e a Associação da Igreja Metodista (AIM) poderão alienar ativos imobiliários em forma de unidades produtivas isoladas (UPI's imobiliárias). As alienações dos ativos respeitarão o artigo 60 da Lei 11.101/05, com as alterações havidas pela lei nº 14.112 de 2020.

Preferencialmente, os ativos imobiliários que serão objeto de venda na forma de UPI's serão aqueles nos quais não são, atualmente, desempenhadas as atividades das Recuperandas, e fazer frente a:

- (i) Compromissos estabelecidos junto aos credores concursais no âmbito do PRJ;
- (ii) Obrigações tributárias parceladas junto ao poder público a fim de sanear o passivo fiscal existente;
- (iii) Custos associados ao seu processo de Recuperação Judicial e sua implementação.
- (iv) Manutenção das atividades das Recuperandas ao longo do período de implantação do Plano de Recuperação aqui exposto, onde haverá necessidade de caixa na sua fase inicial;
- (v) Complementarmente poderão ser definidas UPI's operacionais, caso seja necessário para cumprimento da forma de pagamento do presente plano de recuperação. Caso sejam criadas tais UPI's operacionais, parciais ou total, seguirão os processos de venda previstos em lei, além de notificação para as devidas aprovações junto ao Ministério da Educação e Conselho de Administração de Defesa Econômica (CADE).

No plano já foram formadas as UPI's Liberdade, Taquaral, e IPA, e poderão ainda formar, no curso do seu cumprimento, UPIs sobre ativos imobiliários e preferencialmente não operacionais, hipotecados em favor de Credores Hipotecários Colaboradores e Credores Hipotecários Colaboradores Aderentes, sendo certo que a venda de tal UPI somente poderá ser realizada mediante a expressa adesão e autorização do respectivo credor.

Em 26/09/2022 em leilão online foi arrematado o imóvel de matrícula nº 96.437, Comarca de Passo Fundo/RS, e a operação do Instituto Educacional de Passo Fundo, o qual foi homologado pelo Juízo em 27/09/2022. A operação denominada 'UPI IE' é fundamentada pela cláusula 2.5 do plano aprovado e homologado. O recurso desta operação é destinado ao pagamento dos credores da Classe I do Quadro Geral de Credores.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

Em leilão online em 07/03/2023, o qual foi arrematado o imóvel de matrícula nº 74.416, Comarca de Porto Alegre/RS. Tal operação denominada 'UPI IPA', prevista na cláusula 3.7.8 do PRJ aprovado pelos credores, estabelece empreendimento imobiliário e o pagamento do credor hipotecário do imóvel. A arrematação foi homologada pelo Juízo em 09/03/2023, e o pagamento ao credor hipotecário aderente ocorreu em 20/04/2023, dando quitação do crédito da Classe II deste hipotecário aderente.

Em 15/12/2023, ocorreu a arrematação do imóvel matrícula nº 92.957, comarca de Belo Horizonte/MG. A operação denominada 'UPI Liberdade', prevista na cláusula 3.7.7 do PRJ aprovado pelos credores, estabelece empreendimento imobiliário e o pagamento do credor hipotecário do imóvel, cujo pagamento ocorreu em 28/12/2023, dando quitação do crédito da Classe II deste hipotecário aderente.

Reestruturação Societária

As Recuperandas podem executar uma reorganização societária com o objetivo de converter parte ou todas as Recuperandas em sociedades empresárias ou transferir parte ou a totalidade das suas atividades operacionais para uma ou mais sociedades empresárias, caso julguem necessário e desde que tenham capacidade econômica para fazer frente aos custos da referida conversão, incluindo, mas não se limitando às obrigações fiscais inerentes a esta nova estrutura societária. Tal conversão ou transferência poderá ocorrer, portanto, quando houver geração de caixa disponível para fazer frente a tais compromissos ou se houver a necessidade de conversão ou transferência das atividades operacionais para uma ou mais sociedades empresárias para fins de captação de recursos e geração de receitas. Ainda, as Recuperandas podem executar uma reorganização societária envolvendo as entidades do próprio grupo, mantendo-se como associações ou adotando outras formas jurídicas sem fins lucrativos visando a organização da governança corporativa, atividades e ativos relacionados ao grupo educacional de forma mais eficiente e produtivo.

Financiamento às Recuperandas

A fim de dar continuidade as atividades das Recuperandas e auxiliar o soerguimento do Grupo, o Plano de Recuperação Judicial (PRJ) prevê o uso de linha(s) de financiamento(s) no curso da Recuperação Judicial. Tal modalidade está prevista de acordo com os termos dos artigos 67, 69-A, 69-B e 84 I-B da Lei de Recuperação Judicial, conhecida no mercado como DIP (Debtor in Possession), tudo com o propósito de conferir maior segurança e estímulos àqueles que pretenderem participar do processo de soerguimento.

Em 14/12/2022 foi aprovado pelo Juízo a contratação de financiamento DIP, em nome do Instituto Porto Alegre da Igreja Metodista (IPA), conforme prevê o plano de recuperação judicial aprovado pelos credores e homologado judicialmente, em sua cláusula 2.9. O recurso aportado em 2022 foi quitado em 23/08/2023.

Em 24/05/2023, o Juízo Recuperacional apreciou o pedido formulado pelas recuperandas e autorizou a celebração de DIP em nome do Instituto Metodista de

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

Ensino Superior (IMS), para o cumprimento de obrigações correntes. Os aportes ocorreram em 28/06/2023, 23/08/2023 e 05/09/2023.

Em 09/11/2023, foi autorizado pelo Juízo novo financiamento DIP em nome do Instituto Metodista de Ensino Superior (IMS), para corroborar ao processo de soerguimento. O aporte ocorreu em 28/12/2023.

Em 29/07/2024 ocorreu a arrematação do imóvel de matrícula nº 238.740, Comarca do Rio de Janeiro/RJ. O imóvel figura como garantia constituída nas operações de financiamento DIP, e desta forma o recurso foi destinado para quitação integral do DIP celebrado em 24/05/2023, e parcial do DIP aportado em 09/11/2023.

Pagamento dos Credores

As formas de pagamento aprovadas levaram em consideração:

- (i) a capacidade de pagamento das recuperandas ao longo do tempo, além da disponibilização de imóveis não operacionais, bem como de eventuais unidades operacionais definidas pelas recuperandas. Além disso, estão sendo disponibilizados partes ociosas de imóveis operacionais. O uso do patrimônio possível e disponível das recuperandas e da AIM oferece solidez ao Plano de Recuperação e consequentemente ao pagamento dos credores;
- (ii) preservação dos créditos de menor valor;
- (iii) manutenção das atividades de ensino, e por consequência, garantia dos postos de trabalho.

Credores Classe I

No âmbito do artigo 54 Parágrafo único da lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, os créditos trabalhistas cuja natureza seja estritamente salarial, vencidos nos 3 (três) meses anteriores ao pedido de recuperação judicial serão pagos, até o limite de cinco salários-mínimos por trabalhador, em até 30 (trinta) dias da data da homologação do PRJ.

Com os recursos iniciais da alienação dos imóveis destinados a Classe I será feito um pagamento inicial a todos os credores trabalhistas no montante de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), limitados ao valor dos créditos listados de cada credor. Dessa forma pretende-se alcançar de forma mais célere o interesse dos credores mais vulneráveis.

Os credores trabalhistas que não forem integralmente atendidos nos pagamentos iniciais mencionado acima, o montante remanescente, sem incidência de deságio, será pago em até 12 (doze) meses contados a partir da data de homologação do PRJ. Caso a totalidade dos créditos novados não tenham sido honrados até o décimo segundo mês contado após a homologação do plano, a RME poderá estender o prazo por 24 (vinte e quatro) meses adicionais, para que o saldo remanescente dos créditos trabalhistas seja quitado em espécie, na integralidade desse saldo remanescente do crédito novado, com as devidas correções monetárias previstas.

COGEIME - INSTITUTO METODISTA DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS

(Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

Os pagamentos realizados aos credores Classe I serão corrigidos pela taxa de 3% ao ano pelo período entre a data de deferimento do pedido de recuperação judicial e a data de homologação do PRJ; e pelo índice IPCA/FGV pelo período entre a data da homologação do PRJ e a data de pagamento dos créditos.

Mediante a homologação do PRJ em 03/12/2022, iniciou-se em 20/12/2022 o pagamento dos créditos trabalhistas com natureza estritamente salarial, vencidos nos 3 (três) meses anteriores ao pedido de recuperação judicial serão pagos, até o limite de cinco salários-mínimos por trabalhador, conforme prevê a cláusula 3.2 do plano. Até 31/12/2024 foram pagos 3.079 credores, no total de R\$ 6.942.384,36.

Os pagamentos permanecem sendo efetivados e até março/2025 foram pagos 3.088 credores, no total de R\$ 6.961.791,52, correspondente a 92% dos credores que tem direito ao recebimento deste crédito, não tendo sido realizado o pagamento apenas aos credores que não informaram seus dados bancários para fins dos depósitos, conforme estabelecido na cláusula 4.7 do Plano de Recuperação Judicial.

Em 08/09/2023, iniciou-se o pagamento parcial e antecipado dos credores que detinham direito da parcela no montante de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), limitados ao valor dos créditos listados, a qual pelo PRJ aprovado o vencimento seria dezembro/2023.

Em 13/12/2023 deu-se início ao pagamento do restante da parcela, dando assim, fiel cumprimento ao PRJ. Até 31/12/2024 foram pagos 5.232 credores no montante R\$ 43.562.419,00. Os pagamentos permanecem sendo efetivados e até março/2025 foram pagos 5.315 credores no total de R\$ 44.268.112,21, corresponde a 61,1% dos credores que tem direito ao recebimento deste crédito. Os pagamentos que não foram realizadas são pertinentes aos credores que não informaram seus dados bancários para fins dos depósitos, conforme estabelecido na cláusula 4.7 do PRJ, aos que possuem crédito ilíquido para pagamento, conforme cláusula 4.1 do PRJ, e os que aguardam o decurso do prazo de vencimento conforme decisão do Juízo da Vara de Falência e Recuperação Judicial de Porto Alegre, onde considera-se vencido o crédito após a fluência de 12 meses, prorrogável por mais 24 meses após a sentença do incidente de habilitação que reconhece o crédito ou da publicação do relatório de análises.

Em 21/12/2023 iniciou-se o pagamento de FGTS dos credores inativos, conforme cláusula 3.2.3 do PRJ. Até 31/12/2024 foram pagos 3.669 credores no montante de R\$ 56.357.607,32, e até março/2025 foram pagos 3.767 credores no total de R\$ 56.858.951,23.

Credores Classe II

Os Credores com Garantia Real sofrerão deságio de 30% (trinta por cento) sobre a totalidade de seus créditos e receberão o valor remanescente em até 120 (cento e vinte) meses contados a partir da data da homologação do PRJ.

COGEIME - INSTITUTO METODISTA DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS

(Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

Os pagamentos serão corrigidos pela taxa referencial (TR) acrescida de 3% ao ano (TR + 3% a.a) pelo período entre a data da homologação do PRJ e a data de pagamento de tais créditos.

Em 20/04/2023 e 28/12/2023 houve a quitação dos credores hipotecários aderentes, vinculados a 'UPI IPA' e 'UPI Liberdade'.

Credores Classe III

Todos os Credores Quirografários receberão o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), limitado ao valor de seu crédito, em até 12 (doze) meses contados a partir da data da homologação do PRJ.

Os credores quirografários que não forem integralmente atendidos no pagamento inicial mencionado acima receberão o montante de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), limitados ao valor de seu crédito, em até 120 (cento e vinte) meses contados a partir da data da homologação do PRJ. Havendo saldo remanescente superior a R\$ 100.000,00 (cem mil) reais, tais créditos sofrerão deságio de 30% (trinta por cento), limitados ao valor do crédito e pagos em até 120 (cento e vinte) meses contados da data da homologação do PRJ.

Os pagamentos realizados aos credores quirografários serão corrigidos pela taxa referencial (TR) acrescida de 3% ao ano (TR + 3% a.a) pelo período entre a data da homologação do PRJ e a data de pagamento de tais créditos.

Em 21/12/2023, iniciou-se o pagamento dos credores Classe III no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), limitado ao valor de seu crédito. Até 31/12/2024 foram pagos 39 credores no montante de R\$ 293.040,99, e até março/2025 foram pagos 61 credores no total de R\$ 457.537,37. Os pagamentos que não foram realizadas são pertinentes aos credores que não informaram seus dados bancários para fins dos depósitos, conforme estabelecido na cláusula 4.7 do PRJ.

Credores Classe IV

Todos os credores ME e EPP receberão o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), limitado ao valor do crédito de cada credor, em até 12 (doze) meses contados a partir da data da homologação do PRJ.

Havendo saldo remanescente a ser pago, tais créditos acima de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), sofrerão deságio de 50%, o montante remanescente após o deságio será pago em até 24 (vinte e quatro) meses contados a partir da data de homologação do PRJ.

Os pagamentos serão corrigidos pela taxa referencial (TR) acrescida de 3% ao ano (TR + 3% a.a) pelo período entre a data da homologação do PRJ e a data de pagamento de tais créditos.

Em 21/12/2023, iniciou-se o pagamento dos credores Classe IV no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), limitado ao valor de seu crédito. Até 31/12/2024 foram pagos

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

6 credores no montante de R\$ 43.851,70, e até março/2025 foram pagos 14 credores no total de R\$ 87.736,37. Os pagamentos que não foram realizadas são pertinentes aos credores que não informaram seus dados bancários para fins dos depósitos, conforme estabelecido na cláusula 4.7 do PRJ.

Transação Fiscal

A Transação Fiscal junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, Receita Federal do Brasil – RFB, e entes estaduais e municipais visa o equacionamento do passivo tributário, além de permitir a retomada da regularidade fiscal das Instituições de Ensino, possibilitando como exemplo, a celebração de convênios com entes públicos, face a expedição de certidão negativa de débitos. O equacionamento das dívidas tributárias está previsto na cláusula 3.6 do PRJ.

Em 13/05/2021 foi contratado o escritório Ramos e Zuanon Advogados com o propósito de assessorar as instituições pertencentes à Educação Metodista no levantamento e negociações dos débitos de natureza tributária (nas esferas federal e municipal), junto às respectivas procuradorias.

No dia 06/08/2021 foi apresentada proposta de transação tributária perante a Procuradoria da Fazenda Nacional da 3ª Região, posteriormente aditada, em 27/09/2021, para ajustar o cronograma de pagamento de acordo com exigência feita pelos procuradores encarregados da análise.

Entre dezembro/2021 e abril/2022 foram tratados junto a Procuradoria da Fazenda Nacional as alternativas para parcelamento do FGTS, que precisavam ser obtidas diretamente pelos procuradores junto à Caixa Econômica Federal. Ao final de abril/2022, foram enviados os extratos com a possibilidade de parcelamento, e, na sequência, formalizada a transação do FGTS em relação às instituições que possuem débitos inferiores a R\$1 milhão.

Foi ajustado com a Procuradoria que novo pedido de transação, considerando agora em nossos cálculos os números do FGTS, seria apresentado até o final do mês de maio/2022.

Em abril/2022, a PGFN manifestou seu entendimento de que seria necessário o ajuste dos termos da transação para que fosse fundamentada na condição de entidades de ensino filantrópica, o que foi efetivado em julho/2022.

Em agosto/2022, foi protocolada petição ajustando novamente o fluxo de pagamento da Proposta de Transação, bem como ajustar a indicação dos imóveis a serem vendidos para a realização das amortizações extraordinárias.

Em novembro/2022, foi protocolada nova petição incluindo débitos no fluxo de pagamento, indicando a utilização de depósitos judiciais específicos para pagamento dos valores de entrada do FGTS (inativo), eleger a forma de amortização de débitos e parcelas em decorrência de receitas extraordinárias, indicação a utilização de

COGEIME - INSTITUTO METODISTA DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS

(Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

precatórios e recursos de imóveis específicos como forma de pagamento das parcelas, extensão de garantia a débitos de FGTS, além de requerer o levantamento de gravames de imóveis da Recuperação Judicial.

Em 16/11/2023, foi firmado termo de adesão ao PRT-E junto à Prefeitura de São Bernardo do Campo visando a regularização tributária.

Em 06/12/2023, foi finalizado o processo de assinatura por todas as procuradorias da Fazenda Nacional do instituto da transação fiscal, que possibilitou a regularização de débitos fiscais das instituições metodistas, incluindo-se os débitos de FGTS inscritos em dívida ativa.

Em 18/01/2024, a Procuradoria da Fazenda Nacional consolidou no sistema os débitos inseridos na Transação Fiscal realizada em dezembro/2023, e foi consolidada e deferida em 07/02/2024.

Em 19/01/2024, iniciaram-se os pagamentos da dívida tributária objeto da transação firmada com o município de São Bernardo do Campo/SP.

Em 15/02/2024, foi firmada a escritura de dação em pagamento dos imóveis de matrícula nº 54.807 a 54.815 e 88.425, comarca de São Bernardo do Campo/SP, para abatimento da dívida tributária transacionada com o município de São Bernardo do Campo/SP.

Em 13/05/2024, ocorreu o leilão do imóvel de matrícula nº 91.851, comarca de Piracicaba/SP. O recurso é destinado a Transação Fiscal da Procuradoria da Fazenda Nacional. Em 28/06/2024 foi utilizado o recurso do leilão do imóvel para antecipação de parcelas.

Em 16/12/2024 foi arrematado o imóvel de matrícula nº 15.135/45.935/84.224/84.225, comarca de São Bernardo do Campo/SP, cuja destinação é para o pagamento da Transação Fiscal da Procuradoria da Fazenda Nacional.

21. Eventos subsequentes

Recuperação Judicial

Em 13/01/2025, iniciou-se o pagamento dos credores Classe IV no valor acima de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), mediante a fluência do prazo de 24 (vinte e quatro) meses contados a partir da data de homologação do PRJ. Até março/2025 foram pagos 7 credores no total de R\$ 314.101,79. Os pagamentos que não foram realizadas são pertinentes aos credores que não informaram seus dados bancários para fins dos depósitos, conforme estabelecido na cláusula 4.7 do PRJ.

Em 27/02/2025, foi autorizada, pelo juízo, a realização do pagamento do saldo residual de FGTS diretamente na conta corrente cadastrada em favor de cada credor, desde que tenha efetivamente ocorrido a quitação das competências em aberto junto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

à conta vinculada da CEF, devendo ser observado os índices de correção monetária e juros aplicáveis aos créditos principais, bem como procederem em tais pagamentos, de forma separada dos créditos principais.

Em 13/03/2025, foi iniciado o pagamento para os credores que detêm direito ao recebimento do saldo residual de FGTS.

Os demais acontecimentos ao longo do ano de 2025, referem-se especificamente sobre pedidos para alienações de imóveis, além de outros credores promovendo habilitações de crédito retardatárias e solicitando informações sobre cumprimentos. O processo de recuperação judicial prossegue com os procedimentos inerentes.

Transação Fiscal

Em 31/01/2025, ocorreu antecipação de parcelas com o recurso da entrada do leilão do imóvel matrícula nº 15.135/45.935/84.224/84.225, comarca de São Bernardo do Campo/SP, arrematado em 16/12/2024.

Em 28/02/2025, ocorreu antecipação de parcelas com o recurso da 2ª parcela do leilão do imóvel matrícula nº 15.135/45.935/84.224/84.225, comarca de São Bernardo do Campo/SP, arrematado em 16/12/2024.

A dívida tributária transacionada com o município de São Bernardo do Campo/SP permanece sendo paga com regularidade.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Perda de crédito estimada ("PCR") - Dificuldade de pagamento das mensalidades por perda de renda dos alunos ou de familiares responsáveis financeiros, havendo possibilidade de aumento da PCR para os casos de alunos inadimplentes e evadidos.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foram identificados impactos significativos no volume de recebíveis que justifiquem remensuração da provisão com base na perda esperada.

Decisão do STF sobre 'coisa julgada' em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227.

Tema 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297

Limites da coisa julgada em matéria tributária, notadamente diante de julgamento, em controle concentrado pelo Supremo Tribunal Federal, que declara a constitucionalidade de tributo anteriormente considerado inconstitucional, na via do controle incidental, por decisão transitada em julgado.

Tema 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

Efeitos das decisões do Supremo Tribunal Federal em controle difuso de constitucionalidade sobre a coisa julgada formada nas relações tributárias de trato continuado.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes perdem o efeito se, depois, o STF tiver entendimento diferente sobre o tema.

Nessa linha, a análise sobre os impactos advindos do julgamento dos Temas 881 e 885 passa pelo exame/confirmação de dois pontos: (i) existência de coisa julgada favorável, em ação individual vinculada a relação jurídica de trato continuado, reconhecendo a inconstitucionalidade da cobrança tributária; e (ii) superveniência de decisão desfavorável do STF, em repercussão geral ou controle concentrado, declarando a constitucionalidade da cobrança.

Em relação aos processos judiciais tributários da Rede Metodista, não foram identificados quaisquer impactos decorrentes do julgamento dos Temas 885 e 881.

22. Aprovação para emissão das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do Instituto foram aprovadas para emissão pelo Conselho de administração e Diretoria Geral.

Ismael Forte Valentin
Diretor Geral

Ágata Pandolpho
Contadora
CRC 1SP218702/O-2

As demonstrações contábeis foram auditadas, com a emissão do parecer pela SGS Auditores Associados S/S Ltda – CRC 2 SP 024.456/O-4.